1979

BOLETIM ESPECIAL --A P U B H

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA COM O MINISTRO DA EDUCAÇÃO

No último dia 24 de Outubro a Coordenação Nacional das Associações de Docentes Universitários foi recebida pelo Ministro da Educação em audiência que teve a duração de noventa minutos (as audiências ministeriais dificilmente ultrapassam trinta minutos.) A APUBH esteve presente como membro da Coordenação Nacional e aproveitou a oportunidade para fazer entrega do abaixo-assinado subscrito por mil e cem professores da UFMG solicitando um abono salarial de 52,7% para os professores, maior comprometimento do Estado para com a educação através do aumento de verbas orçamentárias para o setor, reintegração imediata dos professores atingidos pelos atos de exceção, possibilidade de incorporação dos professores colaboradores ao quadro e fim das cassações brancas. As Associações de Docentes das Universidades Federais da Paraíba, Rio de Janeiro e Santa Catarina já haviam anteriormente dirigido, segundo o Ministro abaixo-assinados com teor semelhante.

A Coordenação Nacional -representada por nove professores- propôs os seguintes temas para a audiência, que foram aceitos pelo Ministro: 1) questões salariais, 2) questões orçamentárias, 3) professores colaboradores, 4) reintegração dos professores cassados e 5) discussão sobre os anteprojetos de Autarquia Espacial, Carreira do Magistério e Escolha de Dirigentes Universitários.

QUESTÕES SALARIAIS

A Coordenação Nacional apresentou a reinvidicação de aumento salarial real para os docentes universitários, uma ves que há vários anos a categoria vem sofrendo reajustes abaixo do Índice inflacionário. O Ministro considera a reivindicação e afirmou que esta tem sido meta prioritária de seu Ministério. No entanto, nada de concreto foi obtido até agora devido às resistências do Ministério do Planejamento. Ainda para 1979 está em curso o esforço para a concessão de um abono, de índice não especificado. Para 1980 O orçamento previsto não permitirá a concessão de um aumento real. Qualquer qestão neste sentido implicará na busca de fontes alternativas de recursos, como FAS e Loterias.

QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS

A Coordenação mostrou sua preocupação com o continuado decréscimo porcentual dedicado à educação nos orçamentos, em especial com o decréscimo da verbas destinada às Universidades Federais.

O Ministro manifestou-se, em princípio, a favor do ensino superior estatal apesar de reconhecer a incapacidade governamental de arcar com esta responsabilidade. Declarou que para 1980 a despesa com o ensino superior mantre-se-á no nível dos 70% da verba orçamentária do MEC. No entanto, áreas como Educação pré-escolar, ensino rural e escolas nas periferias urbanas estão tendo prioridade na obtenção de verbas Extra-orçamentárias.

O Ministério não pretende "desativar" a Universidade mas "corrigir as idstorções decorrentes de seu crescimento nos últimos anos". Afirmou ainda não haver a possibilidade de complementação orçamentária para 1979, exceto no que toca a hospitais universitários.

PROFESSORES COLABORADORES

O Ministro informou que o Presidente da República assinara em meados de setembro decreto liberando o contingente de Expansão das Universidades Federais, medida necessária para a absorção dos atuais colaboradores nos quadros permanentes. No entanto, até a data da audiência o decreto não fora publicado no Diário Oficial. Posteriormente à publicação, o MEC deverá entrar em contato com o DASP para as medidas necessárias para a liberação do contingente de expansão

REINTEGRAÇÃO DE PROFESSORES E PESQUISADORES CASSADOS

As Associações manifestaram-se a favor da reintegração imediata dos professores e pesquisadores atingidos, excluindo-se explicitamente qualquer forma de julgamento burocrático dos casos individuais e a necessidade dos atingidos requererem sua reintegração.

Esta rivindicação não será atendida face ao texto da lei. A necessidade do pedido individual de reintegração poderá ser contornada, conforme entendimentos com o Ministro Petrônio Portella. Por sua vez o MEC já designou uma comissão composta pelos professores Pe. João McDowell(PUC/ RIO), Esther de Figueiredo Ferraz(USP) e Antonio Paes de Carvalho(UFRJ) para acompanhar os processos de reintegração. Não foi explicitada a competência desta comissão, apesar de perguntas específicas a respaito.

ANTEPROJETOS SOBRE CARREIRA DO MAGISTÉRIO, ESCOLHA DE DIRIGENTES E AUTARQUIA ESPECIAL

A Coordenação Nacional reconheceu e louvou a iniciativa do MEC de discutir-los com a cominidade universitária, atendendo às solicitaçõesfeitas pelas Associações de Docentes durante o ano de 1979. Além disto as Associações afirmaram que tem tido papel mais ativo nas discussão dos anteprojetos - conforme a manifestação do MEC de discutir amplamente com a comunidade universitária - do que muitas administrações centrais de Universidades Federais(embora reconhecendo que algumas destas tem incentivado o debate). Enfatisaram também que suas críticas aos anteprojetos fefletem manifestações de professores - sempre precedidas por discussões preliminares - mas não significam recusa ao debate.

Diante das dificuldades colocadas por várias reitorias para a discussão ampla dos anteprojetos, nas Associações solicitaram que o MEC lhes faça chegar diretamente as informações necessárias para a continuidade das discussões, obtendo a concordância do Ministro.

Deverá haver mudança na estratégia das discussões sobre os anteprojetos: em lugar da discussão simultânea cada anteprojeto deverá ser apreciado separadamente - inicialmente o da carreira do magistério, posteriormente o de escolha de dirigentes e mais tarde o que regulamenta o regime de autarquias especiais. Também haverá alteração da mecânica dos debates: além das tres reuniões regionais(Natal, Belo Horizonte e Proto Alegre) duas outras serão realizadas em Brasília. Perguntando como seriam organizadas estas duas reuniões, o Ministro afirmou que as próprias reuniões regionais poderiam manifestar-se a respeito. As primeiras reuniões regionais serão marcadas para segunda quinzena de novembro.
